



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

LEI ORDINÁRIA Nº 3593, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2000

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, REGULAMENTANDO A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PROJETO DO BANCO DO POVO, DESTINADO À CONCESSÃO DE CRÉDITOS A MICRO EMPREENDIMENTOS NO SETOR FORMAL OU INFORMAL, INSTALADOS NO MUNICÍPIO.

Dr. Vito Ardito Lerário, Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores de Pindamonhangaba, aprova e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Governo do Estado, através de sua Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho - SERT, aqui atuando como órgão gestor do Fundo de Investimento de Crédito Popular de São Paulo, destinado à concessão de créditos a micro empreendimentos do setor formal ou informal instalados no Município, nos termos do estabelecido na Lei nº 9.533, de 30 de abril de 1997, no Decreto nº 43.283, de 03 de julho de 1998.

Parágrafo Único. Para a execução do convênio fica o Município autorizado a fornecer os bens e serviços necessários ao bom funcionamento da Unidade de Crédito, nos termos previstos no instrumento celebrado. ([Redação dada pela Lei Ordinária nº 5.859, de 08 de dezembro de 2015](#)).

Art. 2º Para fazer face as despesas desta Lei, fica autorizada a abertura na Contabilidade Municipal, de um Crédito Adicional Especial, no exercício de 2000 de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser disponibilizado nos prazos estabelecidos de comum acordo com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, a ser coberto com recursos previstos no artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pindamonhangaba, 21 de fevereiro de 2000.

Dr. Vito Ardito Lerário
Prefeito Municipal